

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA MINISTRA CARMEM LÚCIA – PRESIDENTE DO EXCELSSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO: ADI nº 5.794/DF

Ao Ministro Relator EDSON FACHIN

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TURISMO – CNTur, entidade sindical devidamente constituída e dotada de personalidade civil, com seus atos constitutivos e respectivo estatuto devidamente registrados no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Jurídicas do Distrito Federal, em 28.9.98, sob nº 00004664, no livro A-09 às fls. 062, com inscrição no CNPJ nº 03992700/0001-06, estabelecida em Brasília/DF, no SNC – Q 5, Lote A, Torre Norte, Sala 417, vem respeitosamente, por meio de seus advogados que ao final subscrevem, com fulcro no Art. 102, I, “a” e “p”, e Art. 103, IX, da Constituição Federal, combinado com os Arts. 2º, IX, ao art. 12 da Lei 9.868/99, propor a presente

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

COM OU SEM REDUÇÃO DE TEXTO

COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR LIMINAR

com objetivo de que seja declarada a inconstitucionalidade parcial da **LEI ORDINÁRIA Nº 13.467 DE 13 DE JULHO DE 2017**, no que toca as alterações promovidas pelo **Art. 1º aos Arts.**

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O

545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, por violar frontalmente os seguintes dispositivos: Art. 1º, III, IV, Art. 5º LXX, b, Art. 8º Caput e seus incisos, Art. 60 § 4º, IV, Art. 146, II e III alíneas “a” e “b”, Art. 149 Caput, Art. 150, II e seu respectivo § 6º, todos da Constituição Federal.

Esta petição se acompanha de cópia do ato impugnado (na forma do art. 3º, parágrafo único, da Lei 9.868/1999).

1. PRELIMINARMENTE – PECULIARIDADES DA PRESENTE AÇÃO – SUA EXCEPCIONALIDADE - DA RELEVÂNCIA E URGÊNCIA PARA QUE SEJA DEFERIDO UM PROVIMENTO CAUTELAR EM SEDE LIMINAR – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO RITO PREVISTO NO ART. 12 DA LEI 9.868/99

As Contribuições Sindicais no curso de 80 anos, desde a carta constitucional de 1937, vem sendo considerada um tributo, e por ser da essência do instituto, de natureza compulsória, a principal e substancial fonte de receita das entidades sindicais, em especial das entidades sindicais de grau superior, como as Federações e Confederações, com vistas à manutenção do sistema confederativo.

A Contribuição Sindical é assim, sem dúvida alguma, uma receita imprescindível e fundamental para a subsistência e manutenção do sistema sindical brasileiro. A extinção de tão importante tributo resultará no estrangulamento do caixa das instituições sindicais, levando inevitavelmente à bancarrota todo o sistema existente há mais de 80 anos, pois fará com que sindicatos, federações e confederações sejam obrigadas a “fecharem suas portas”, não sendo mais possível perseguir o nobre objetivo a que levou a sua constituição e que vem sendo conquistado ao longo de anos em atuação.

A presente Ação Direta de Inconstitucionalidade, diferentemente das demais ADIs já propostas e em curso neste Supremo Tribunal Federal, questionando dispositivos da Lei 13.467/17, está sendo proposta por entidade sindical PATRONAL de terceiro grau, uma confederação, representativa da categoria econômica do TURISMO. Neste ponto reside sua distinção e peculiaridade, como a seguir se procurará demonstrar.

As previsões normativas em vigor desde 13 de novembro de 2017 tendentes a tornar facultativa uma verba que sempre foi de natureza compulsória, que não poderia ser diferente tendo em vista a sua própria natureza, faz emergir o **iminente *periculum in mora*** para adoção desta medida pela Confederação demandante, consubstanciado no regramento entabulado no Art. 587 do diploma trabalhista, após a alteração proposta pela lei que aqui se impugna, uma vez que, tratando-se de uma entidade representativa de importante **categoria econômica**, ou

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O

seja, **PATRONAL**, diferentemente do que ocorre com a demais entidades que, até o presente momento estão perante esta Corte questionando a constitucionalidade das recentes alterações nesse sistema de manutenção das entidades sindicais, previsto na Constituição Federal, sofrerá as graves e irreversíveis consequências econômicas **IMEDIATAMENTE**, ou seja, **já a partir do próximo mês de janeiro de 2018**, mês em que deve ocorrer o pagamento compulsório, pelas empresas, das contribuições sindicais patronais, conforme previsão do Art. 587 da CLT:

“ART. 587. Os empregadores **que optarem pelo recolhimento da contribuição sindical** deverão fazê-lo no **mês de janeiro de cada ano**, ou para os que venham a se estabelecer após o referido mês, na ocasião em que requererem às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade”

Pela simples leitura desse dispositivo, percebe-se que **o prejuízo prestes a ser gerado pelo novel diploma às entidades sindicais patronais é latente e imediato.**

Com efeito, se a principal receita das entidades sindicais patronais deriva das contribuições sindicais pagas pelas empresas, e a modificação proposta pela norma impugnada tornou essa contribuição facultativa, pretendendo modificar, assim, sua natureza tributária prevista na Constituição Federal, é evidente que haverá uma queda abrupta, repentina, sem precedentes em nossa história, no faturamento dessas entidades sindicais patronais, em todo o país, impedindo que as mesmas façam frente à suas obrigações não apenas perante seus associados mas também perante terceiros, deixando de honrar compromissos, contratos, tornando-as absolutamente inadimplentes.

Ressalte-se, tal contribuição somente é recolhida no **mês de janeiro de cada ano**, conforme o comando normativo de natureza cogente citado, o que evidencia flagrante *periculum in mora*.

Ora, se a providência aqui pleiteada não vier a ser deferida de imediato, liminarmente, em razão do recesso forense que se aproxima, não será mais possível que as entidades sindicais patronais emitam, ainda neste mês de dezembro as guias para recolhimento compulsório desse tributo em janeiro de 2018, para que com seu recebimento adimplir os seus compromissos referentes a todo o exercício de 2018.

Ou seja, mesmo que seja dado provimento ao pleito do requerente por esta Corte após cognição exauriente e só posteriormente ao recesso forense, a receita anual da requerente e de todas as entidades sindicais patronais ficará comprometida para 2018.

Nesse ponto, reside **uma peculiaridade que não se observa nas demais ADIs da relatoria do Ilmo. Ministro Edson Fachin**, a quem esta se distribui por prevenção.

É que, em todas as ADIs até agora propostas, com o objetivo de impugnar os dispositivos da Lei Ordinária Federal contra a qual ora se insurge, figuram no polo ativo das demandas entidades que atuam em defesa do **empregado ou trabalhador**, diferentemente da Confederação ora requerente, que qualifica-se como uma entidade sindical de âmbito **PATRONAL** (atua em prol dos interesses dos empregadores) e, por tal ser a sua natureza, **o regime de recolhimento das**

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O

Contribuições Sindicais aplicado a esta é diferente, não se equiparando com as demais entidades de trabalhadores.

Explica-se:

No caso das entidades que atuam em prol da defesa dos direitos dos empregados, a regulamentação encontra-se prevista em dispositivo diverso, qual seja, o Art. 582 do mesmo diploma, que com a alteração efetivada pela Lei 13.467/17 a que se contrapõe estabelece:

“Art. 582. Os empregadores são obrigados a descontar da folha de pagamento de seus empregados relativa **ao mês de março** de cada ano a contribuição sindical dos empregados **que autorizaram prévia e expressamente o seu recolhimento** aos respectivos sindicatos.”

Dessa forma, a aplicação do disposto no Art. 12 da Lei 9.868/99 pelo Ilmo. Ministro Relator a essas ações de controle abstrato resultou em decisão cautelosa, acertada e coerente. Com efeito a submissão do processo diretamente ao tribunal, o qual terá a faculdade de examinar a questão de forma definitiva em cognição exauriente não acarretará maiores prejuízos de natureza patrimonial às entidades sindicais que ali figuram, uma vez que o prazo para o pagamento da contribuição sindical pelos trabalhadores está previsto para o mês março de cada ano.

Entretanto, no que concerne à contribuição sindical patronal, questionada pela Confederação requerente, a situação é muito diferente, o que faz emergir, de imediato e de forma clara, o *periculum in mora latente*, uma vez que, como dito alhures, a emissão das guias para pagamento pelas empresas da contribuição sindical deve ser feita já, neste mês de dezembro, para que ocorra o pagamento dentro do mês de janeiro de 2018, caso contrário ocorrerá um prejuízo patrimonial irreparável à todo o sistema sindical brasileiro.

Resta, assim, evidente a necessidade do provimento Cautelar Liminar para suspender a eficácia parcial da norma em vigor, no que se refere aos dispositivos aqui impugnados, sob pena de, quando vier a ser concedido o provimento final por esta Corte, já estar irreversivelmente comprometida a subsistência da Confederação requerente e de todas as entidades sindicais patronais do país.

De clareza não menos notória é o *fumus boni juris* inerente à natureza do direito que norteia o instituto e claramente ignorado pelo legislador ordinário.

A Contribuição Sindical tem natureza tributária reconhecida pela doutrina e jurisprudência pátria, conforme restou consignado na ementa do julgado da relatoria do ministro Marco Aurélio proferido pela primeira turma desta suprema Corte:

“MANDADO DE SEGURANÇA – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – CONTROLE – ENTIDADES SINDICAIS – AUTONOMIA – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. A atividade de

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
ADVOGADO

controle do Tribunal de Contas da União sobre a atuação das entidades sindicais não representa violação à respectiva autonomia assegurada na Lei Maior. MANDADO DE SEGURANÇA – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – FISCALIZAÇÃO – RESPONSÁVEIS – CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS – NATUREZA TRIBUTÁRIA – RECEITA PÚBLICA. **As contribuições sindicais compulsórias possuem natureza tributária, constituindo receita pública**, estando os responsáveis sujeitos à competência fiscalizatória do Tribunal de Contas da União.”¹

Nesse mesmo sentido vem se manifestando a doutrina nacional, conforme se pode observar da lição do Ilmo. Ives Gandra da Silva Martins:

“Todas as contribuições enquadradas no art. 149, em suas três modalidades, têm natureza tributária, lembrando-se que as contribuições no interesse das categorias, por não se confundirem com as sociais, ofereceram menor polêmica, não se pondo o debate, embora fossem tidas, no passado, como contribuições parafiscais ou extrafiscais na inteligência de Walter Barbosa Corrêa, na sua tese de livre-docência para a USP (1964).

Uma terceira consideração faz-se também necessária.

A “contribuição especial no interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas”, tem como nítido, claro e cristalino objetivo garantir a atuação de categorias profissionais e econômicas em defesa dos interesses próprios destes grupos, ofertando, pois, a Constituição, imposição tributária que lhes garanta recursos para que possam existir e atuar.

Esta é a natureza jurídica da contribuição, que fundamenta o movimento corporativo ou sindical no Brasil, na redação da Lei Suprema de 1988, constitucionalizada que foi sua conformação tributária. Não é mais uma contribuição parafiscal ou fora do sistema, mas uma contribuição tributária, com objetivo perfil na lei maior.”²

Dessa forma, e por ser da essência da contribuição a sua compulsoriedade, tal jamais poderia ser facultativa e opcional para o contribuinte, sob pena de desvirtuar completamente o instituto além da flagrante inconstitucionalidade de tal limitação ao poder de tributar entabulada por uma lei federal ordinária e de natureza genérica.

Resta, portanto, evidente também o *fumus boni juris* a justificar a suspensão *ad cautela* dos dispositivos impugnados da legislação a que aqui se insurge.

¹ STF - MS 28465

² Martins, Ives Gandra. Rev. TST, Brasília, vol. 81, no 2, abr/jun 2015, p. 93.

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
ADVOGADO

Por essas razões, como acima se salientou, em face das peculiaridades da presente ação, torna-se aqui inadequada, para prevenção do dano grave, iminente e irreparável que tanto a requerente como todas as entidades sindicais patronais do país estão prestes a sofrer, a aplicação do rito previsto no Art. 12 da Lei 9.868/99 e que está aplicado pelo Nobre Ministro Relator às demais ações promovidas por entidades de trabalhadores.

Justifica-se e impõe-se, aqui, um provimento de URGÊNCIA LIMINAR do Ministro Relator, a ser posteriormente submetido à ratificação do plenário desta Corte, suspendendo, provisoriamente, a eficácia dos dispositivos legais constantes da Lei 13.467/17, ora imputados pela requerente de inconstitucionais.

2. AINDA PRELIMINARMENTE - DA LEGITIMIDADE E PERTINÊNCIA TEMÁTICA DA CONFEDERAÇÃO SINDICAL DE ÂMBITO NACIONAL

A Requerente – Confederação Nacional do Turismo – CNTur – é uma confederação sindical, legitimamente constituída e encontra-se regularmente registrada no Ministério do Trabalho sob o n.º46206.007688/2008-17, representando os direitos e interesses das categorias econômicas de empresas de turismo, hotéis, apart-hotéis e demais meios de hospedagem, restaurantes comerciais e coletivos, bares, casas de diversões e de lazer e demais empresas de gastronomia, empresas organizadoras de eventos, parques temáticos e demais empresas de turismo

Conforme disposição expressa na Lei Maior, positivada no Art. 103, IX, a confederação que figura no polo ativo da presente ação declaratória de inconstitucionalidade possui legitimidade para figurar no polo ativo desta ação, sendo-lhe atribuído o poder/dever de arguir a inconstitucionalidade de dispositivos de nível hierárquico inferior, que estejam em desacordo com os princípios e regras entabuladas na Magna Carta, vetor normativo e hermenêutico do ordenamento jurídico.

Não por outro motivo que o Art. 103, IX da Constituição Federal disciplina:

“Art. 103. Podem Propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

IX – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.”

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O

Deve-se registrar, a propósito, que a Requerente atende a todos os requisitos legais, e, assim, de acordo com o Arts. 535 e seguintes da Consolidação das Leis Trabalhistas, está organizada “com o mínimo de 3 (três) federações” – atualmente reúne 7 federações a ela filiadas -, tendo sede na Capital da República (cfe. art. 535, CLT). Além disso, atendendo ao estabelecido pelo art. 537, do mesmo diploma, a Requerente encontra-se regularmente registrada no Ministério do Trabalho.

Na hipótese em apreço, resulta claro que a Requerente não é entidade híbrida (supostamente formada por associações civis e sindicais). Como facilmente revela o exame de sua natureza e essência, bem como dão conta os seus atos constitutivos a Confederação Nacional do Turismo reúne apenas e tão somente entidades *de caráter sindical*, evidenciando a sua inequívoca condição de CONFEDERAÇÃO SINDICAL.

Mais do que uma faculdade, a Confederação legitimada, tem o dever de zelar pela máxima efetividade dos dispositivos constitucionais que preservem as suas prerrogativas institucionais, fiscalizando a atividade do legislador ordinário ao regulamentar as matérias atinentes a sua atuação, evitando-se o esvaziamento e a derrocada da instituição que teve seus direitos e prerrogativas limitadas de forma indevida e em afronta aos comandos normativos constitucionais de observância obrigatória.

Neste cenário de preservação de atos institucionais e das prerrogativas positivadas na Lei maior que se insere a noção de pertinência temática. Apesar da ausência da previsão expressa no dispositivo constitucional que regulamenta a matéria, a jurisprudência pátria traz esse requisito a mais que deve ser observado por alguns legitimados no momento da propositura da ação de controle abstrato de constitucionalidade.

“O requisito da pertinência temática – que se traduz na relação de congruência que necessariamente deve existir entre os objetivos estatutários ou as finalidades institucionais da entidade autora e o conteúdo material da norma questionada em sede de controle abstrato – foi erigido à condição de pressuposto qualificador da própria legitimidade ativa *ad causam* para efeito de instauração do [processo](#) objetivo de [fiscalização](#) concentrada de constitucionalidade.”³

Gilmar Mendes, ao abordar o tema da pertinência temática leciona:

“Cuida-se de inequívoca restrição ao direito de propositura, que, em se tratando de processo de natureza objetiva, dificilmente poderia ser formulada até mesmo pelo

³ADI 1157-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 1º-12-94, Plenário, DJ de 17-11-06

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
ADVOGADO

legislador ordinário. A relação de pertinência assemelha-se muito ao estabelecimento de uma condição da ação – análoga, talvez, ao interesse de agir -, que não decorre dos expressos termos da Constituição e parece ser estranha à natureza do processo de controle de normas.”⁴

Apesar da exigência de um requisito de natureza subjetiva em um procedimento eminentemente objetivo, que é o processo de controle abstrato de constitucionalidade, não previsto no rol limitado e taxativo do Art. 103 do diploma constitucional e tal requisito ser de duvidosa constitucionalidade, resta evidente que a confederação legitimada ativa da presente demanda e qualificada nas disposições preambulares possui a pertinência temática com os dispositivos aqui impugnados da Lei Federal Ordinária objeto desta ADI.

A contribuição sindical está eminentemente atrelada ao custeio e manutenção das atividades desenvolvidas pela confederação legitimada, de forma a concretizar o objetivo elencado no art. 3º do seu estatuto social.

“Artigo 3º: Caberá à CNTur – Confederação nacional do Turismo como prerrogativas constitucionais expressa no Art. 8º da Constituição Federal e, com objetivos institucionais em defesa de suas empresas e de suas entidades sindicais e civis e objetivos institucionais:

- I) Representar, no plano nacional, os direitos e interesses das categorias econômicas de empresas de turismo, hotéis, apart-hotéis e demais meios de hospedagem, restaurantes comerciais e coletivos, bares, casas de diversões e de lazer e demais empresas de gastronomia, empresas organizadoras de eventos, parques temáticos e demais empresas de turismo;
- II) Eleger ou designar representantes das categorias representadas junto aos órgãos de jurisdição nacional;
- III) Conciliar divergências e conflitos entre Federações associadas e sindicatos e outras empresas das categorias representadas;
- IV) Celebrar convenções ou contratos coletivos de trabalho, e bem como prestar assistência nos acordos coletivos nas localidades onde não haja sindicato ou Federação representativa das categorias econômicas abrangidas;
- V) Exercer em favor das categorias econômicas representadas, bem como das categorias profissionais correspondentes, ampla ação social e de formação profissional, criando, implementando e institucionalizando os órgãos que se fizerem necessários na conformidade da legislação vigente;
- VI) Representar, perante as autoridades administrativas, executivas, legislativas e judiciais, em todas as instâncias e todos os graus de jurisdição, os interesses individuais ou

⁴Mendes, Gilmar Ferreira. .Jurisdição Constitucional, editora Saraiva, 1996 p. 142.

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O

coletivos das federações associadas e de seus sindicatos e de igual forma os interesses individuais e coletivos das empresas integrantes das categorias de gastronomia, hospedagem e turismo representadas; e,

- VII) Patrocinar congressos, cursos, convenções, seminários e publicações relacionadas às categorias representadas.”

A CNTur, com o objetivo de concretizar os seus objetivos institucionais, recebe a parte confederativa da arrecadação anual da contribuição sindical paga pelas empresas integrantes da categoria econômica que representa, **no mês de janeiro de cada ano**, conforme disposto no Art. 587 do diploma trabalhista, sendo tal contribuição compulsória e a principal e substancial fonte de arrecadação da confederação.

Ocorre que a Lei Ordinária Federal de nº 13.467 de 13 de julho de 2017, houve por bem alterar o referido dispositivo da CLT, com o objetivo de tornar facultativa uma verba que sempre foi de natureza compulsória, inerente a sua natureza jurídica tributária, desvirtuando por completo o instituto.

Tal alteração, flagrantemente em afronta ao texto constitucional, se não for coibida por esta Corte, invariavelmente resultará na bancarrota da confederação em referência, tendo em vista a sangria da sua principal fonte de custeio e subsistência.

Não por outro motivo, e por ser de inteira e cristalina justiça, que a confederação nacional se viu obrigada a propor o presente demanda.

3. DA NATUREZA CONSTITUCIONAL DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL – ALTERAÇÃO QUE EXIGIRIA EMENDA CONSTITUCIONAL

A cobrança da Contribuição Sindical possui expressa previsão constitucional, conforme o inciso IV, do artigo 8º, da Constituição Federal de 1988, a seguir transcrito:

*“IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, **independentemente da contribuição prevista em lei;**”*
(grifou-se)

Quis o legislador constituinte de 1988 possibilitar aos sindicatos a criação de uma nova contribuição denominada “confederativa”, a qual passaria a conviver com aquela já existente desde 1º de maio de 1943, quando foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho. Entenderam aqueles que elaboraram e aprovaram a Carta Magna que a manutenção da natureza jurídica de tributo da **Contribuição Sindical** era, e efetivamente é, forma de garantir a liberdade sindical e, em última análise, preservar e ampliar os direitos dos trabalhadores. Sem a

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O

compulsoriedade inerente aos tributos, as entidades sindicais terminariam ficando sem os recursos necessários para a consecução de seus fins.

Portanto, a Constituição Federal de 1988 recepcionou a **Contribuição Sindical**, de que trata o Capítulo III, da CLT, de forma expressa, tal como ela sempre se apresentou, sem qualquer ressalva ou condição. Ao trazer a **Contribuição Sindical** para o patamar constitucional, teve o legislador constituinte a nítida intenção de preservá-la contra ataques motivados por conveniências políticas ou ideológicas momentâneas e que eventualmente gerassem no Congresso Nacional simples maioria para a aprovação de singela lei ordinária.

Diante desse quadro, fica claro que a **Contribuição Sindical** de que trata o Capítulo III, da Consolidação das Leis do Trabalho, só poderia ser suprimida, revogada ou ter sua natureza jurídica tributária modificada por meio de **emenda constitucional**. Ao legislador ordinário falece competência para se imiscuir em tais questões, tanto mais quando se tem presente que o produto da arrecadação da Contribuição Sindical não pertence exclusivamente à União Federal. Ao Ministério do Trabalho destinam-se apenas 20% da receita da contribuição em tela. O restante cabe à confederação, federação e ao sindicato respectivo.

Ou seja, o Governo Federal tenta, de forma indevida, tirar das entidades sindicais recursos que não lhe pertencem e foram a elas expressamente assegurados pela Constituição Federal. É o mesmo que se admitir a absurda possibilidade de amanhã ser editada lei ordinária retirando dos estados a capacidade de cobrarem o ICMS ou outra tornando o IPTU municipal facultativo. A Constituição impede a ocorrência de tais absurdos, pois assegura aos Estados e Municípios plena capacidade impositiva para a instituição e cobrança do ICMS e do IPTU, respectivamente. E faz a Carta Magna exatamente o mesmo com a **Contribuição Sindical**, que deve ser mantida nos mesmos moldes em que foi concebida há oitenta anos.

4. DA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E ORGÂNICA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS AQUI IMPUGNADOS – NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR

Ainda que se pudesse admitir a possibilidade do legislador infraconstitucional suprimir, revogar ou modificar a natureza jurídica da **Contribuição Sindical**, não seria jamais por simples lei ordinária, como é o caso da Lei 13.467/2017, que se poderiam alcançar tais desideratos.

A inconstitucionalidade formal ou nomodinâmica é latente nos comandos normativos da legislação impugnada que vigoram em flagrante violação ao processo legislativo disciplinado pela lei maior.

A inconstitucionalidade formal qualifica-se pela violação do devido processo legal no âmbito de formação da lei ou ato normativo, em clara desobediência aos comandos da Lei Maior. Na inconstitucionalidade formal orgânica, o legislador incorre em um vício de competência

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O

legislativa no momento da elaboração do ato normativo, o que resta evidenciado na Lei ordinária nº 13.467 de 13 de julho de 2017.

Tal vício emerge do confronto dos dispositivos da lei em referência com os seguintes dispositivos da Constituição Federal: Art. 146 Caput, II e III alíneas “a” e “b”, Art. 149 Caput e Art. 150 § 6º.

O título VI, capítulo I, do texto constitucional regulamenta o sistema tributário nacional, onde se enquadram as Contribuições Sindicais, de previsão expressa no Art. 149 do referido diploma.

“Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir **contribuições sociais**, de intervenção no domínio econômico e **de interesse das categorias profissionais ou econômicas**, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos Arts. 146, III, e 150, I e II, e sem prejuízo do previsto no art. 150, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.”

Pela simples leitura do dispositivo, constata-se a natureza tributária das Contribuições Sindicais ratificada pela doutrina e jurisprudência nacional.

No Art. 146 do texto constitucional restaram elencadas as matérias reservadas à lei complementar, entre as quais se enquadram as limitações ao poder de tributar e o estabelecimento de normas gerais em matéria tributária relacionada, especialmente, a definição de tributo e suas espécies, fatos geradores, bases de cálculo e obrigações tributárias conforme dispõe:

“Art. 146. Cabe à lei complementar:

II – regular as limitações constitucionais ao poder de tributar

III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) Definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos **respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes**;

b) **Obrigação**, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;”

Logo, a Lei Ordinária Federal nº 13. 467/2017 ao estabelecer hipóteses de isenção ou não incidência tributárias, constituindo-se em verdadeiras limitações ao poder de tributar, emergiu

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O

em esfera de competência reservada pelo comando constitucional a lei complementar, dando origem a um vício de constitucionalidade formal.

Nesse sentido a jurisprudência dessa corte vem se manifestando:

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. MARCO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS . RESERVA DE LEI COMPLEMENTAR. CLÁUSULA DA RESERVA DE PLENÁRIO. 1. **A jurisprudência do STF é firma no sentido de que a contribuição sindical rural foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, submetendo-se ao regime tributário, de modo que as disposições do CTN lhe são aplicáveis.** 2. Por se tratar de espécie tributária prevista na Constituição Federal , é possível a instituição do tributo por meio de lei ordinária, a qual deve fixar o aspecto temporal da hipótese de incidência, à luz do princípio da legalidade. Assim, em nenhum momento se infere dos autos tratamento de matéria reservada à lei complementar. 3. O Plenário desta Corte já atestou que não há repercussão geral na matéria referente ao lançamento de contribuição sindical rural, com base no art. 605 da CLT . Precedente: AI-RG 743.833, de relatoria do Ministro Cezar Peluso, DJe 16.10.2009. 4. O afastamento, pelos órgãos judiciários a quo, de lei ou ato normativo do Poder Público sem expressa declaração de inconstitucionalidade constitui ofensa à cláusula de reserva de plenário, consistindo em *error in procedendo* no âmbito do acórdão recorrido, tal como previsto no art. 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante 10 desta Suprema Corte. Precedente: RE-QO-RG 580.108, de relatoria da Ministra Ellen Gracie, DJe 19.12.2008. 5. Agravo regimental a que se nega provimento”⁵

Em diversos julgamentos o Supremo Tribunal Federal deixou assentado que a recepção de lei ordinária, anterior à constituição vigente, como lei complementar, atribui àquela a condição jurídica de lei complementar, somente por este tipo podendo ser alterada (AI 235.800 de 28/5/1999). Em outro julgado, o STF assentou que a lei ordinária que cuide de matéria de lei complementar é formalmente inconstitucional (ADI 2.223, de 22/11/2011).

Portanto, admitindo-se a competência do legislador infraconstitucional para tratar do assunto, o fato é que lançou-se mão de veículo legislativo absolutamente equivocado.

Além de restringir o poder de tributar, ao tornar facultativa uma contribuição que sempre foi de natureza compulsória, até pela própria natureza do instituto, o legislador ordinário, de

⁵STF - AgR ARE: 907065 DF - DISTRITO FEDERAL 9218720-11.5150.1.44., Relator: Min. EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 10/11/2015, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-237 25-11-2015.

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O

forma não convencional e em arrepio aos comandos da Lei Maior, criou uma hipótese de fato gerador facultativo, conferindo ao contribuinte a faculdade de atribuir ou não a incidência do tributo ao caso concreto, o que desvirtua completamente a sua natureza jurídica, além de violar mais uma vez a regra constitucional que reserva tal matéria à lei complementar.

Evidentemente que “salta aos olhos” a quantidade de disposições violadas da Carta Magna em completa afronta ao estado constitucional democrático de direito. Mais uma verificação de inconstitucionalidade formal está presente ao confrontar os dispositivos impugnados com o disposto no art. 150 § 6º da CF.

“Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

...

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual, ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g.”

Sendo assim, e pela clareza que emerge do dispositivo, as disposições que aqui se impugnam da referida lei, atentam diretamente contra tal comando normativo, uma vez o legislador, ao alterar os dispositivos da CLT que tratavam a Contribuição Sindical como compulsória para torna-la facultativa, estabeleceu hipóteses de isenção ou não incidência tributária através de uma legislação genérica que teve um objetivo muito mais abrangente, tratando de outras matérias de natureza laboral, além das referidas contribuições restando, portanto, mais uma vez, evidente a sua inconstitucionalidade.

Esse é o entendimento que vem sendo adotado pela jurisprudência pátria de forma reiterada conforme se observa:

“EMENTA: Embargos de declaração recebidos como agravo regimental no recurso extraordinário. Entidade de organização social. Isenção. Inexistência de lei específica. Impossibilidade de concessão pelo Poder Judiciário. 1. A pacífica jurisprudência da Corte é firme no sentido de que a outorga de qualquer subsídio, isenção ou crédito presumido, a redução da base de cálculo e a **concessão de anistia ou remissão em matéria tributária só podem ser deferidas mediante lei específica**” (ADI nº 1.247/PA-MC, Tribunal Pleno, Relator o Ministro

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
ADVOGADO

Celso de Mello, DJ de 8/9/95). 2. O agravante não nega a inexistência de lei específica lhe concedendo o benefício fiscal pretendido e, a despeito do que dispõe o art. 150, § 6º, da Constituição Federal, pretende que o Poder Judiciário lhe conceda isenção, pretensamente com base no art. 11 da Lei Distrital nº 2.415/99, o qual apenas o equipara, na qualidade de organização social, no âmbito do Distrito Federal, às entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais, sem, no entanto, dispor sobre qualquer benefício fiscal. 3. Agravo regimental não provido”⁶

Ao tratar sobre as limitações ao poder de tributar, o Aliomar Baleeiro leciona:

“A defesa do sistema tributário e do próprio regime político do país processa-se por um conjunto de limitações ao poder ativo de tributar. Delas, o mais importante, por suas implicações políticas e jurídicas, é o da legalidade dos tributos. Em regra geral, essas limitações se endereçam ao poder ativo de tributar. Mas existe, também, ao nosso ver, a limitação ao poder de não-tributar ou isentar, inclusive a de a União isentar imposto estranho à sua competência”⁷

Sendo assim, por todos os argumentos elencados ao Norte, tal limitação imposta através de uma Lei Ordinária e de natureza genérica é flagrantemente inconstitucional.

5. DA INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL

Os dispositivos da Lei nº 13.467/2017 impugnados na presente ação constitucional padecem, ainda, de vício de inconstitucionalidade material ao ser confrontado com os seguintes artigos da Lei Maior: Art. 1º, III e IV, Art. 8º e seus incisos, Art. 60 § 4º, IV e Art. 150, II da CF.

O Poder Constituinte Originário no âmbito da sua atuação irrestrita e ilimitada definiu no Art. 1º do texto constitucional os princípios fundamentais norteadores do Estado Democrático de Direito, conforme disposto:

⁶ STF - RE: 579708 DF, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 04/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-165 DIVULG 22-08-2013 PUBLIC 23-08-2013.

⁷ BALEEIRO, Aliomar. *Limitações constitucionais ao Poder de Tributar*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1997 p 2.

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

Tais fundamentos são de observância obrigatória pelo legislador infraconstitucional, sob pena de eventual proposição normativa ser portadora, na origem, de inconstitucionalidade material.

O dispositivo da Legislação a que se impugna, nitidamente vai de encontro aos nobres fundamentos da dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Ora, se for consolidada a facultatividade no que concerne ao recolhimento de uma contribuição, que historicamente é de natureza compulsória, inevitavelmente irá findar na bancarrota de todas as instituições sindicais do País, que dependem desse tributo para subsistir e continuar defendendo os interesses das classes.

Caso isso ocorra, por via de consequência, a dignidade daqueles que são favorecidos com tal atuação restará comprometida, além de valores nobres, como o da livre iniciativa e os valores sociais do trabalho, que são objetivos estatutários perseguidos pela Confederação requerente.

Tal cenário desdobrar-se-á no encadeamento de violações constitucionais sucessivas, ao reduzir em “letra morta” o disposto no Art. 8º e seus incisos da lei maior, uma vez que a própria existência das entidades sindicais restara comprometida, tornando impossível a perseguição dos fins ali entabulados.

“Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer”

Pela literalidade do inciso IV do referido artigo, verifica-se a natureza constitucional da Contribuição Sindical sendo, portanto, a receita inerente as entidade para o custeio do sistema confederativo da respectiva representação sindical, fugindo da alçada do legislador ordinário tornar uma receita de natureza constitucional e compulsória, facultativa para o contribuinte.

É este o entendimento a muito consolidado desta Suprema Corte, conforme se observa na ementa do seguinte julgado:

“Ementa: Sindicato: contribuição sindical da categoria: recepção. A recepção pela ordem constitucional vigente da contribuição sindical compulsória, prevista no art. 578 CLT e exigível de todos os integrantes da categoria, independentemente de sua filiação ao sindicato resulta do **art. 8º , IV , in fine**, da Constituição ; não obsta à recepção a proclamação, no caput do art. 8º, do princípio da liberdade sindical, que há de ser compreendido a partir dos termos em que a Lei Fundamental a positivou,

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O

nos quais a unicidade (art. 8º, II) e a própria contribuição sindical de natureza tributária (art. 8º, IV) - marcas características do modelo corporativista resistente -, dão a medida da sua relatividade (cf . MI 144, Pertence, RTJ 147/868, 874); nem impede a recepção questionada a falta da lei complementar prevista no art. 146 , III , CF , à qual alude o art. 149, à vista do disposto no art. 34 , §§ 3º e 4º , das Disposições Transitórias (cf . RE 146733, Moreira Alves, RTJ 146/684, 694)”⁸

O texto constitucional abarca uma série de situações em que a atuação sindical será essencial e obrigatória, entre elas as que envolvam as negociações coletivas de trabalho. Caso a Entidades Sindicais não subsistam ao déficit que as disposições contras as quais aqui se insurge, as negociações ficarão restritas ao âmbito individual e em completo arrepio a garantia individual da isonomia no tratamento das relações laborais por aqueles que se encontram em situações jurídicas equivalentes. Restará frustrado, inclusive, um dos objetivos da própria reforma trabalhista, que visa privilegiar e incentivar as negociações coletivas entre empregadores e trabalhadores, sob o princípio da prevalência do acordado sobre o legislado.

Também restará frustrado o disposto no inciso III, do citado dispositivo, uma vez que não haverá uma entidade sindical para defender os interesses coletivos ou individuais da categoria em questões judiciais ou administrativas.

Para que se possam perseguir os fins constitucionais pelos quais foram criadas, é de fundamental importância a garantia da manutenção compulsória da principal fonte de custeio que assegura a subsistência das entidades sindicais, de modo a garantir a preservação de princípios já consagrados pela doutrina e jurisprudência, como o da Representatividade e Unicidade Sindical.

A facultatividade no recolhimento da Contribuição Sindical viola frontalmente o princípio da isonomia tributária, positivado no Art. 150, II da CF.

“Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão da ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;”

A Lei 13.467/17 ao promover as alterações nos dispositivos ora impugnados instituiu tratamento desigual entre os contribuintes titulares de uma mesma relação jurídica ao tornar facultativo o recolhimento de tal tributo, em completa e absoluta afronta ao texto

⁸ STF - RE: 180745 SP, Relator: SEPÚLVEDA PERTENCE, Data de Julgamento: 24/03/1998, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 08-05-1998 PP-00014 EMENT VOL-01909-04 PP-00712

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O

constitucional. Além de promover o enriquecimento ilícito daqueles que serão beneficiados pela atuação da Confederação requerente e demais entidades patronais, sem contribuir para o custeio das suas iniciativas estatutárias.

Nessa direção leciona Aleomar Baleeiro: “...**não será possível à lei reservar tratamento fiscal diverso aos indivíduos que se acham nas mesmas condições...**”⁹. Não poderia ser outro o sentido atribuído ao comando normativo transcrito, ao instituir a referida limitação ao poder de tributar.

Ao atentar contra direitos e garantias individuais como, por exemplo, o disposto no art. 5º, XXXV e LXX, “b” da CF, que positivou o direito de acesso à justiça e estabelece a legitimidade da organização sindical para impetrar o mandado de segurança coletivo em favor de seus filiados ou sindicalizados visando coibir arbitrariedade ou abuso de poder perpetrada por autoridade (Art. 1º da lei 12.016/09), uma vez que a própria existência das organizações sindicais restará comprometida pelos dispositivos objeto dessa ação, o legislador ordinário violou cláusula pétrea, positivada no Art. 60 § 4º, IV que dispõe:

“Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

...

§ 4º. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.”

No Art. 5º, LXXIV, da Lei Maior, restou garantido o direito a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. No âmbito laboral, tendo em vista inexistir uma Defensoria Pública do Trabalho, essa garantia é efetivada pela atuação das organizações sindicais que representam os interesses dos hipossuficientes que não tem condições de arcar com os custos do processo nem de contratar um advogado.

Apesar da peculiar previsão *do jus postulandi* do empregado e do empregador nas causas que tramitam na justiça do trabalho, conforme disposto no Art. 791 da CLT, tal dispositivo não torna menos importante e imprescindível à atuação sindical para que se garanta a paridade

⁹ **BALEIRO**, Aliomar. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
ADVOGADO

processual com a defesa técnica por quem tem condições de atuar e assegurar o acesso à justiça no seu aspecto material e não apenas formal. A efetivação do pleito deve-se dar de forma equânime e com paridade processual entre o demandante e demandado.

Além do exposto, o entendimento consolidado pela jurisprudência e entabulado na **Súmula 425** do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho é no sentido de que: **“O jus postulandi das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.”**

Logo, a atuação das entidades Sindicais está longe de ser desprezada pela jurisprudência pátria sendo, ao revés, considerada imprescindível na maioria dos casos.

Impende ressaltar, também, que tais alterações vão de encontro com os objetivos perseguidos pela **Convenção da Organização Internacional do Trabalho de nº 144**, ratificada pelo decreto legislativo nº 6 de 1989, principalmente no que se refere ao disposto nos seus artigos 2º e 3º que estabelecem:

ARTIGO 2º

1. Todo Membro da Organização Internacional do Trabalho que ratifique a presente Convenção compromete-se a pôr em prática procedimentos que assegurem consultas efetivas, entre os representantes do Governo, dos Empregadores e dos trabalhadores, sobre os assuntos relacionados com as atividades da Organização Internacional do Trabalho a que se refere o Artigo 5, parágrafo 1, adiante.
2. A natureza e a forma dos procedimentos a que se refere o parágrafo 1 deste artigo deverão ser determinados em cada país de acordo com a prática nacional, depois de ter consultado as organizações representativas, sempre que tais organizações existam e onde tais procedimentos ainda não tenham sido estabelecidos.

ARTIGO 3º

1. Os representantes dos empregadores e dos trabalhadores, para efeito dos procedimentos previsto na presente Convenção, serão eleitos livremente por suas organizações representativas, sempre que tais organizações existam.
2. Os empregadores e os trabalhares estarão representados em pé de igualdade em qualquer organismo mediante o qual sejam levadas a cabo as consultas.”

NELSON LUIZ PINTO

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O

Pela simples leitura dos dispositivos da convenção em referência, extrai-se a importância das Entidades Sindicais na representação dos empregadores e trabalhadores para que se garanta uma atuação igualitária com vistas à preservação de seus direitos e garantias perante qualquer organismo.

Ao promover essas alterações, mais uma vez, o legislador ordinário incorreu em um vício de inconstitucionalidade material acarretando um retrocesso social ao violar garantias e direitos individuais daqueles que são representados e beneficiados pela atuação das Organizações Sindicais no âmbito judicial e administrativo, nacional ou internacionalmente.

Sendo assim e por todo exposto, resta evidente e latente, também, a inconstitucionalidade material das alterações promovidas pelo Art. 1º da Lei 13.467/17 aos dispositivos a que se insurge.

6. DOS PEDIDOS

Em face de todo o exposto, a Confederação Nacional do Turismo - CNTur, como medida necessária à garantia da supremacia da Constituição Federal, de suas disposições expressas, seus princípios e do próprio Estado Democrático de Direito, requer:

- a) A **concessão in limine de medida cautelar**, com a finalidade de suspender a eficácia do Art. 1º da Lei 13.467 de 13 de julho de 2017, no que concernem as alterações perpetradas aos Arts. **545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602** da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, nos termos do Art. 10 § 3º da Lei 9.868/99, uma vez que presentes de forma latente o *periculum in mora* e o *fumus bonis juris*.
- b) Que, em cognição exauriente, seja julgado procedente o pleito da Confederação autora para declarar a inconstitucionalidade do Art. 1º da Lei 13.467 de 13 de julho de 2017, no que se refere às alterações perpetradas aos Arts. **545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602** da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- c) A citação do Advogado Geral da União, e a intimação do Procurador Geral da República, para manifestação sucessivamente no prazo de 15 dias, em obediência ao disposto no Art. 8º da lei 9.868/99.

NELSON LUIZ PINTO

**Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da PUC/SP,
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes-RJ
A D V O G A D O**

- d) Sejam solicitadas informações, caso se entenda necessário, ao Senado Federal, a Câmara dos deputados, bem como ao chefe do poder executivo, a serem prestadas no prazo de 30 dias conforme disposto no Art. 6º da Lei 9.868/99.

- e) Sejam colhidas informações da Presidência da República e do Congresso Nacional e que se ouça a Advocacia Geral da União, nos termos do art. 103, §3º, da Constituição da República. Superadas essas fases, requer prazo para a manifestação da Procuradoria Geral da República

Dá-se a Causa o valor de R\$ 1.000,00 (Um mil Reais).

Termos em que requer e espera deferimento.

Brasília/DF 14 de dezembro de 2017.

**NELSON LUIZ PINTO
OAB/SP nº 60.275**

**RENATA PINTO MARTINS
OAB/SP nº 252.401**

**PAULO SOUZA DE OLIVEIRA FILHO
OAB/RJ nº 169.180**